



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

**LEI N.º 278, DE 01 DE SETEMBRO DE 1998.**

**“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ITAÚ DE MINAS(MG), INSTITUI O RESPECTIVO QUADRO DE CARGOS E SALÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

A Câmara Municipal de Itaú de Minas(MG), decretou e eu, Francisco Chagas Brito, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

### **TÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Artigo 1º** - Esta Lei estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público do Município, cria o respectivo quadro de cargos e salários.

**Artigo 2º** - O regime jurídico dos membros do magistério é o mesmo dos demais servidores do Município, observadas as disposições específicas desta Lei.

### **TÍTULO II**

#### **DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO**

**Artigo 3º** - A carreira do Magistério Público do Município tem como princípios básicos:

I – Habilitação profissional: condição essencial que habilite ao exercício do magistério através da comprovação de titulação específica;

II - Eficiência: habilidade técnica, adequação metodológica e capacidade de empatia para o exercício das atribuições do cargo;

III - Valorização profissional: condições de trabalho condigna a qualidade exigida para o exercício da atividade.

IV - A progressão na carreira, mediante promoções baseadas no tempo de serviço e merecimento, avaliações de desempenho e/ou avaliação periódica de aferição de conhecimento e acesso.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

MINAS GERAIS

## CAPÍTULO I

### DA ESTRUTURA DA CARREIRA

#### SEÇÃO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 4º** - A carreira do Magistério Público de Ensino Fundamental, constituída de cargos de provimento efetivo, é estruturada em 04 classes dispostas gradualmente, com acesso sucessivo de classe a classe, compreendendo 04 níveis de habilitação, estabelecidos de acordo com a formação do pessoal do Magistério.

**Artigo 5º** - Para efeitos desta Lei, cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional e que devem ser cometidas ao membro do Magistério, criados em número certo, com denominação própria e vencimentos correspondentes.

#### SEÇÃO II

##### DAS CLASSES

**Artigo 6º** - As classes constituem a linha de progressão de carreira dos professores e os graus a sua promoção.

Parágrafo Único – Os graus são designados pelas letras A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, L, M e N sendo esta última o final de carreira de determinada classe.

**Artigo 7º** - Todo cargo se situa, inicialmente, no grau “A” e a ele retorna quando vago.

#### SEÇÃO III

##### DA PROMOÇÃO

**Artigo 8º** - Promoção horizontal é a passagem do membro do Magistério ou especialista de educação ao grau imediato da mesma classe.

**Artigo 9º** - A promoção horizontal depende de apuração do efetivo exercício no mesmo grau pelo período de 02 ( dois ) anos, bem como pelo critério de merecimento.

**Artigo 10º** - Estará apto a receber promoção horizontal os membros do Magistério e os especialistas de educação que se enquadrarem nas seguintes situações:

- I - houver acumulado, por ano, número igual ou inferior a 10 (dez) faltas injustificadas;
- II - estiver em efetivo exercício na classe;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

III - o que não lotado em órgão da Administração Municipal, cujo ônus não seja da Prefeitura;

IV - for avaliado pela chefia imediata e considerado apto para receber promoção.

**Artigo 11** – A promoção horizontal estará disponível, para todos os servidores do Quadro do Magistério, que possuam os quesitos necessários, e dependerá de disponibilidade de caixa da Prefeitura Municipal.

### SEÇÃO IV

#### DOS NÍVEIS

**Artigo 12** – Os níveis constituem a linha de progressão dos professores, como segue:

Nível 1 – Habilitação específica de 2º Grau completo.

Nível 2 – Habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura curta e licenciatura plena..

Nível 3 - Habilitação específica obtida em curso de pós-graduação.

Nível 4 - Mestrado e Doutorado.

### CAPÍTULO III

#### DO RECRUTAMENTO E DA SELEÇÃO

**Artigo 13** - O recrutamento para os cargos de professor far-se-á para a classe inicial, mediante concurso de provas e títulos, observadas as normas gerais constantes do regime jurídico dos servidores municipais.

**Artigo 14** - Os concursos públicos serão realizados segundo as áreas e habilitações seguintes:

I – Área 1 - Currículo por Atividades - Ensino Fundamental de 1ª à 4ª séries - Habilitação do Magistério de 2º Grau e/ou Pedagogia;

II – Área 2 - Currículo por Disciplina, Ensino Fundamental de 5ª à 8ª Séries - Habilitação específica de Grau Superior obtida mediante curso de licenciatura curta e/ou plena.

**Parágrafo Único** – Os Concursos para a Área 2 (dois) serão realizados somente quando houver vaga em disciplina para a qual não haja possibilidade de aproveitamento de professor nos termos do artigo 15, § 1º e 2º.

**Artigo 15** – O professor efetivo com habilitação para lecionar em qualquer das áreas referidas no artigo anterior, poderá pedir a mudança de área de atuação.

**Parágrafo 1º** - A mudança de área de atuação depende da existência de vaga em unidade de ensino e não poderá ocorrer se houver candidato aprovado em Concurso Público para a respectiva área, salvo se nenhum deles aceitar a indicação para a vaga existente.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

MINAS GERAIS

**Parágrafo 2º** - Havendo mais de um interessado para a mesma vaga terá preferência na mudança de área o professor que tiver, sucessivamente:

- I – Maior tempo de exercício no Magistério Público do Município;
- II – Maior tempo de exercício no Magistério Público em geral;
- III- Maior Idade

**Parágrafo 3º** - É facultativo à administração, diante de real necessidade do ensino municipal e observado o disposto nos parágrafos anteriores, determinar a mudança da área de atuação do professor.

**Artigo 16** - O professor efetivo da Área de Currículo por Disciplina, cujo número de horas em que lecionar for inferior à carga horária normal estabelecida nesta Lei, para o membro do magistério, terá de completar a jornada em outras atividades constantes das especificações do cargo de Professor, conforme determinado pela direção da escola mediante orientação do órgão central de educação do Município.

## TÍTULO III

### DO REGIME DE TRABALHO

**Artigo 17** - O regime de trabalho de professores é de 25 horas semanais.

**Parágrafo 1º** - O professor poderá ser convocado para trabalhar em regime suplementar, até o máximo de vinte e cinco 25 horas semanais, sempre que houver necessidade e a critério do órgão central de educação do Município.

**Parágrafo 2º** - A convocação para trabalhar em regime suplementar só terá lugar após despacho favorável do Prefeito, em pedido fundamentado do órgão responsável pelo ensino, no qual fique demonstrada a necessidade da medida.

**Parágrafo 3º** - Pelo trabalho em regime suplementar o professor perceberá remuneração na base de seu regime normal, observada a proporcionalidade quando da convocação para período inferior a vinte e duas horas semanais.

**Parágrafo 4º** - Não poderá ser convocado para trabalhar em regime suplementar o professor que estiver em acumulação de cargos, empregos ou funções públicas.

**Parágrafo 5º** - O professor que atua no currículo por área e/ou por disciplina, quando não completar a carga horária correspondente ao cargo em sala de aula ou em atividades exigidas pela direção da escola, receberá somente pelo número de horas/aulas dadas.

## TÍTULO IV

### DO QUADRO DO MAGISTÉRIO

**Artigo 18** – É criado o Quadro do Magistério Público do Município, que será constituído de cargos de professor, de especialistas de educação e de cargos em comissão.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

MINAS GERAIS

**Artigo 19** - Sem prejuízo dos já existentes, ficam criados no Quadro do Magistério Público do Município de Itaú de Minas, os cargos de:

Professor I  
Professor II  
Professor III  
Professor IV  
Supervisor Pedagógico I  
Supervisor Pedagógico II  
Supervisor Pedagógico III  
Orientador Educacional I  
Orientador Educacional II  
Orientador Educacional III

**Parágrafo único** - As especificações dos cargos efetivos de Professor I, II, III e IV, de Supervisor Pedagógico I, II e III e de Orientador Educacional I, II e III são as que constam no Anexo I, desta lei.

**Artigo 20** - Para efeito de enquadramento neste Plano de Carreiras, o cargo de Professor criado pela Lei Municipal n.º 40, de 28/12/90, passa a integrar os cargos de PROFESSOR I, PROFESSOR II, PROFESSOR III E PROFESSOR IV, de acordo com os requisitos legais de seu provimento.

**Parágrafo Primeiro** - Os atuais docentes ocupantes do cargo transformado de Professor serão aproveitados nos cargos criados por esta Lei, distribuídos nos graus de "A" a "N", e no nível de habilitação que lhe corresponder, do Quadro de Carreiras do Magistério Público Municipal, observando o seguinte:

- I - No nível I, os professores que possuírem habilitação à nível de 2º grau;
- II - No nível II, os professores que possuírem habilitação de 3º grau em licenciatura curta e/ou plena;
- III - No nível III, os professores que possuírem pós-graduação;
- IV - No nível IV, os professores que possuírem mestrado ou doutorado.

**Artigo 21** - Os cargos em comissão de Diretor de Escola Municipal, Vice-diretor, Chefe do Setor de Educação, criados pela Lei Municipal n.º 40, de 28/12/90 com alterações posteriores, integram o Quadro do Magistério Público do Município.

**Artigo 22** - Fica alterado a denominação do cargo de Inspetor Municipal de Ensino, criado pela Lei Municipal n.º 40, de 28/12/90, para Inspetor Escolar.

**Parágrafo Único** - O atual ocupante do cargo de Inspetor Municipal de Ensino passa a ocupar o novo cargo, resguardados todos os direitos adquiridos.

**Artigo 23** - Fica extinto o cargo de Técnico Superior em Pedagogia, criado pela Lei Municipal n.º 147, de 02/05/1994.

## TÍTULO V

### DO PLANO DE PAGAMENTO

#### CAPÍTULO I



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

### DA TABELA DE VENCIMENTO DOS CARGOS

**Artigo 24** – Os vencimentos dos cargos efetivos do Magistério passam a ser os integrantes do Anexo III criado por esta lei.

**Parágrafo único** - O vencimento dos cargos em comissão referidos no artigo 19, são os do Anexo VII da Lei Municipal n.º 40/12/90 alterada pela Lei n.º 265, de 17/03/98.

### CAPÍTULO II

#### DAS GRATIFICAÇÕES

#### SEÇÃO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Artigo 25** – Além das gratificações e vantagens previstas no Estatuto do Servidor e do Magistério Público do Município para os servidores em geral, serão deferidas aos professores efetivos e **especialistas** as seguintes gratificações específicas:

- I – Gratificação de incentivo a docência de 10% (pó de giz);
- II - Gratificação por eficiência.

**Parágrafo 1º** - Os professores efetivos e designados deixarão de receber a gratificação de incentivo à docência durante o período em que se afastar por:

- I - Licença para tratamento de saúde;
- II - Licença para tratar de assuntos particulares;
- III - Faltas injustificadas.

**Parágrafo 2º** - A gratificação de que trata o item I, do artigo 25, serão devidas somente quando o professor estiver no efetivo exercício das atribuições e elas inerentes, e durante os afastamentos legais com direito a remuneração integral.

**Parágrafo 3º** - A gratificação de incentivo à docência é extensivo aos professores designados

**Artigo 26** - A gratificação por eficiência adotará como critérios a avaliação de desempenho e a avaliação periódica de aferição de conhecimento realizadas anualmente.

**Artigo 27** - A avaliação de desempenho para fins de sua concessão, obedecerá aos seguintes critérios:

- I - Assiduidade;
- II - Pontualidade;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

MINAS GERAIS

- III - Participação em atividades extra-classe;
- IV - Participação em cursos;
- V - o não registro de queixas por parte dos pais de alunos.

**Parágrafo 1º** - Para atendimento do critério de assiduidade, o integrante do Magistério não poderá acumular durante o ano nenhuma falta injustificada.

**Parágrafo 2º** - Para avaliação dos critérios contidos nos itens III e IV, a comprovação se dará através de frequência apurada pela Secretaria Municipal de Educação.

**Artigo 28** - A avaliação de desempenho será realizada em Dezembro e a avaliação de aferição de conhecimento, à mesma época, quando implementada pelo Município, sendo a gratificação incluída na folha de pagamento do mês subsequente.

**Artigo 29** - No critério de aferição de conhecimento, a avaliação será feita através da aplicação de um teste onde o docente deverá obter um índice de aproveitamento igual ou superior a 60% ( sessenta por cento).

**Artigo 30** - Aos docentes efetivos que se enquadrarem nas exigências contidas nos artigos 26 e seguintes desta seção, a título de valorização funcional, será concedido uma gratificação de 1,3% ( um vírgula três por cento ) ao ano, incidente sobre o vencimento-base da classe a que pertence.

## TÍTULO VI

### DA CONTRATAÇÃO POR NECESSIDADE TEMPORÁRIA

**Artigo 31** – Consideram-se como necessidade temporária, as contratações que visem a substituir professor legal e temporariamente afastado e as demais previstas na Lei Complementar n.º 1, de 24/07/90.

**Artigo 32** - A contratação a que se refere o artigo anterior deverá recair em professor aprovado em concurso público que se encontre na espera de vaga.

**Parágrafo Único** – O professor concursado que não aceitar contrato nos termos deste artigo, não perderá o direito à futuro aproveitamento em vaga do Plano de Carreira e nem sofrerá qualquer prejuízo na ordem de classificação.

**Artigo 33** – As contratações serão de natureza administrativa, ficando assegurados os seguintes direitos ao contratado:

- I – Regime de trabalho de vinte e cinco horas semanais;
- II – Vencimento mensal igual ao do Professor I, grau “A”;
- III – Gratificação natalina e férias proporcionais nos termos do regime jurídico único dos servidores do Município;
- IV – Inscrição em sistema oficial de previdência social.

## TÍTULO VII

### DAS FÉRIAS



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS

## MINAS GERAIS

**Artigo 34** – Os docentes terão direito a 45 dias de férias por ano, distribuídas nos períodos de recesso escolar, conforme os interesses da escola.

**Parágrafo Único** – O período de férias dos professores em exercício nas unidades escolares do Sistema Municipal de Ensino, será de 45 (quarenta e cinco) dias, devendo ser fixado em calendário anual, de forma a atender as necessidades didáticas e administrativas do estabelecimento.

### TÍTULO VIII

#### DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Artigo 35** – Os concursos realizados ou em andamento para provimento de cargos ou empregos públicos de professor terão validade para efeito de aproveitamento dos candidatos em cargos criados por esta Lei.

**Artigo 36** – Para fins de adequação a legislação estadual - Estatuto do Magistério Público Estadual -, as férias dos docentes do Magistério Público Municipal, previstas no artigo 34, poderão ser de 60 ( sessenta ) dias.

**Artigo 37** - A avaliação de desempenho e de aferição de conhecimento previstas na Seção I, do Capítulo II, Das Gratificações, serão realizadas a partir de Dezembro de 1999.

**Artigo 38** - Faz parte integrante desta lei, os Anexos I, II e III que dispõem sobre os cargos criados e seus vencimentos.

**Artigo 39** - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

**Artigo 40** – Revogam-se disposições em contrário .

**Artigo 41** – Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itaú de Minas(MG), em 01 de Setembro de 1998.

  
**FRANCISCO CHAGAS BRITO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

*Ing. Lei 54*